

D. SEBASTIÃO DE REZENDE, BISPO DA BEIRA – MOÇAMBIQUE

*Adriano Moreira**

Lembremos, em primeiro lugar, que o tempo real da ação portuguesa em África, na tarefa da colonização, não pode contar-se desde a data das navegações em que os portos de apoio à marinha eram as referências, mas não o interior onde seguramente havia europeus instalados, mas segundo a regra de que uma andorinha não faz a primavera.

De facto foi depois da Conferência de Berlim, mas sobretudo depois da guerra de 1914-1918, que a tarefa ganhou relevo. Na primeira data, porque a Europa era regida sobretudo por Impérios, incluindo a Alemanha, a Inglaterra, o Império Austro-Húngaro, o Império da Rússia, e o Império Otomano, o que secundarizava jurídica e politicamente as terras coloniais, consideradas como situadas no “resto do mundo”, e sem intervenção ativa na trama internacional.

Entre a Conferência de Berlim e o começo da Primeira Guerra Mundial a tarefa da ocupação sob o peso do Ultimatum exigia mais esforço militar, com Mouzinho a servir de símbolo, a Guerra de 1914-1918 mobilizou os esforços para os sacrifícios e massacres na Flandres, em Moçambique, em Angola, tudo com o objetivo principal de estar presente na Conferência da Paz e impedir que a redefinição dos impérios coloniais tivesse um novo preço semelhante ao do Ultimatum. Pelo meio, a mudança de regime em 1910, a política religiosa da República, tendo peso na medida de efetiva ocupação e pacificação, obrigando a reavaliar o tempo útil da intervenção colonizadora. Por tudo a ação efetiva, e prodigiosa, de relacionarmos o tempo livre e os resultados, teve menos de um século, que terminou em 1974, com o fim, desta vez, do Império Euromundista.

* Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa. Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

Nesse período, em que o texto legal dominante foi a Constituição de 1933, sendo em 1940, data da celebração do duplo centenário da Independência e da Restauração, que a assinatura da Concordata, que pacificou a consciência católica, e do Acordo Missionário, consagrador da missão colonizadora e evangelizadora entregue às Missões, foi que se notabilizaram Bispos como D. António, Bispo do Porto, D. Manuel Vieira Pinto, Bispo de Nampula, e finalmente D. Sebastião de Rezende, Bispo da Beira.

Este último, que conheci quando visitei Moçambique, na década de cinquenta, para preparar o estudo que Sarmento Rodrigues, Ministro do Ultramar, me encomendara sobre o sistema prisional, trabalho que receberia o Prémio Abílio Lopes do Rego da Academia das Ciências, ficou para sempre na minha memória como referência de autenticidade.

Ainda o visitei, em Roma, durante o Concílio Vaticano II, e já então se parecia “com as velas do altar, que dão luz e vão morrendo”.

O seu compromisso com a autenticidade levou-o, durante o exercício do seu ministério em África, a exigir mudanças estruturais que todas tinham que ver com a dignidade humana, e nada com a estrutura do Estado. Os temas principais que diziam respeito à condição das populações eram a relação com a cidadania, o ensino tendo como paradigma principal a orientação do Concílio, a leitura da mudança dos tempos, e a coerência da mudança com a doutrina conciliar. Os seus conflitos com a prática não apenas da sociedade civil mas também da governança, embora em muitos aspetos esclarecida e contrariada, atingiram frequentemente o nível judicial.

Quando me coube assumir, em situação de crise, responsabilidades de interesse nacional, a presença do pensamento e ação de D. Sebastião foram para mim apoios constantes: revogação do indigenato, último passo do trajeto que tinha a extinção da escravatura na metrópole pelo Marquês de Pombal, e a extinção da escravatura no ultramar pelo Marquês de Sá da Bandeira, como passos antecedentes, acrescentando a proibição do trabalho forçado, a publicação do mais adiantado Código do Trabalho africano, a criação dos liceus, os Institutos de Serviço Social, e finalmente das Universidades. Tudo exigências da pastoral de D. Sebastião, tendo sido na sua presença, e manifesta alegria, que na Cidade da Beira anunciei os Estudos Gerais.

Depois da visita a Roma, apenas tive a possibilidade de o ver, pela última vez, no Hospital do Ultramar em Lisboa, consciente do escasso tempo de vida que lhe restava, e esperando transporte para Moçambi-

que. Pediu para nos deixarem apenas na companhia do Padre Silva Rego, para me aconselhar leituras, meditações, e persistência. Sem pudores nossos na manifestação das emoções que as suas palavras provocaram, explicou que tinha pressa de partir e chegar vivo à Beira, onde desejava ficar enterrado. Foi o primeiro enterro ecuménico do continente, com a participação de todas as confissões, e a lamentação geral dos nativos pela perda. Consegui reunir num volume, intitulado – D. Sebastião de Resende – Profeta em Moçambique, as suas principais intervenções. Em 1994 fui entregar um exemplar a Sua Santidade João Paulo II, que não pode conter a emoção ao contar-lhe quem fora o Bispo que perdemos. A sua terra prestou-lhe homenagem com uma estátua em cuja inauguração discursiei. Infelizmente, tendo a Doutrina Cristã sido a fundadora da União Europeia, essa corrente não herdou em Portugal a doutrina e o exemplo de D. Sebastião.

Setembro de 2014